

**A INDIVIDUALIDADE E A CONJUGALIDADE DE MULHERES QUE  
FREQUENTAM O CRAS DE ASSIS/SP: UM OLHAR CONTEMPORÂNEO<sup>1</sup>**  
*THE INDIVIDUALITY AND CONJUGALITY OF WOMEN WHO ATTEND THE  
SARC IN ASSIS/SP: A CONTEMPORARY LOOK*

**OKAMOTO, Mary Yoko**

Faculdade de Ciências e Letras “Julio Mesquita Filho” - Unesp / Assis

**SPERANDIO, Caroline Schievenin**

Faculdade de Ciências e Letras “Julio Mesquita Filho” - Unesp / Assis

**MANCUSO, Matheus José Cuzato**

Faculdade de Ciências e Letras “Julio Mesquita Filho” - Unesp / Assis

**PAULA, Nayara de**

Faculdade de Ciências e Letras “Julio Mesquita Filho” - Unesp / Assis

**Resumo:** O mundo contemporâneo apresenta um paradoxo significativo no que diz respeito aos relacionamentos amorosos, pois a intensa valorização da individualidade se confronta com a tarefa complicada de manutenção da conjugalidade. Nesta pesquisa buscamos analisar a reconfiguração da família e suas relações interpessoais diante da interferência do Estado, tendo como foco as questões referentes à dinâmica dos laços conjugais e familiares dos indivíduos que vivem em um determinado contexto social e econômico. A coleta dos dados foi realizada através de entrevistas semidirigidas, com seis mulheres que frequentam o Centro de Referência de Assistência Social II (CRAS II) no município de Assis - SP, e que vivem em união estável há pelo menos dois anos. A amostra foi composta por conveniência, após visitas e observações realizadas na própria instituição. Constatamos que o CRAS tem um papel fundamental na vida dessas mulheres por ser um espaço coletivo que proporciona o desenvolvimento do potencial individual sem que elas mesmas percebam, pois o que fica mais evidente são os benefícios do convívio em grupo.

**Palavras-chaves:** Conjugalidade; CRAS; individualidade; contemporaneidade.

**Abstract:** The contemporary world has a significant paradox with regard to romantic relationships, as the intense appreciation of individuality is faced with the difficult task of maintaining the marital. In this research we analyze the reconfiguration of family and interpersonal relationships in the face of state interference, focusing on issues relating to the dynamics of marital and family ties of individuals living in a particular social and economic context. Data collection was conducted through semi-structured interviews with six women attending the II Social Assistance Reference Center (II SARC) in Assis - SP, and living in a stable relationship for at least two years. The sample consisted of convenience, after visits and observations within the institution itself. We note that the CRAS has a key role in the lives of these women for being a collective space that provides the development of individual potential without themselves realize, for what is more evident are the benefits of group living.

**Key-words:** Conjugalinity, SARC, individuality, contemporaneity.

---

<sup>1</sup> Trabalho publicado nos Anais do Evento “V Encontro de Psicologias: Integrando Vertentes” (2013), e sob forma de pôster no 30º Congresso Latino-americano de Psicanálise – Fepal (2014).

## Introdução

Atualmente observa-se um grande paradoxo no que diz respeito aos relacionamentos amorosos. Um dos desafios de hoje é conciliar a conjugalidade à individualidade. A intensa valorização da individualidade que emerge da sociedade contemporânea se confronta com a difícil tarefa da manutenção da conjugalidade.

De acordo com Féres-Carneiro (1998), a autonomia e a satisfação de cada um dos cônjuges são mais enfatizadas do que os laços de dependência entre os mesmos quando se trata de ideais contemporâneos de relação conjugal. Assim, para a autora, têm-se duas individualidades e uma conjugalidade, gerando desta forma as forças contrárias e as tensões.

Passos (2007) pontua que as relações entre os indivíduos na atualidade têm se tornado precárias, com pouco valor simbólico, o que seria típico de um mundo individualista; este fato refletir-se-ia diretamente na constituição dos grupos familiares. É apresentada pela autora a necessidade da formação dos laços afetivos para que existamos como sujeitos humanizados, porém ela ainda ressalta que estes mesmos laços encontram-se geralmente vazios e vulneráveis, visto que a reciprocidade não é algo que o individualismo exacerbado comporta.

Em 1993, Singly (*apud* FÉRES-CARNEIRO, 1998) pontua que a valorização dos espaços individuais significa, muitas vezes, a fragilização do que é conjunto, ao passo que fortalecer o conjugal quase sempre implica em ceder diante das individualidades. Há desta forma uma necessidade de interdependência e, ao mesmo tempo, uma negação desta mesma necessidade e é justamente nesse espaço que se criam as tensões internas.

Uma pesquisa que nos mostra a dificuldade da conciliação entre individualidade e conjugalidade é o de Menezes e Lopes (2007). Eles examinaram a relação conjugal por meio de um estudo realizado em quatro etapas: a primeira ocorreu no semestre anterior ao casamento, e a segunda, terceira e quarta, no primeiro, sexto e décimo segundo mês de casamento, respectivamente. Os temas verificados tratavam da relação com as famílias de origem, das expectativas depositadas no casamento (visto que dos quatro casais estudados, dois eram coabitantes e dois não-coabitantes), bem como da relação entre a conjugalidade e a individualidade; quanto ao último tema, foi constatado na pesquisa que os casais mantinham-se polarizados, seja privilegiando a individualidade, seja privilegiando a conjugalidade. Com isso é perceptível que, durante o período avaliado, o equilíbrio

almejado entre conjugalidade e individualidade se mostrou difícil de ser alcançado. Para Magalhães (1993), as definições de casamento para homens e mulheres tomam rumos bem diferentes; para as mulheres, o termo pode ser definido como “relação amorosa”, ao passo que para os homens casamento significa “constituição de família”.

Heilborn (2004) afirma que a singularidade e a liberdade individual têm sido responsáveis por um aumento no número de divórcios e de recasamentos, visto que são estes os valores que sustentam a interferência na relação entre os indivíduos e que, conseqüentemente, interferem no seu comportamento. No estudo de Vieira e Stengel (2010) os casais afirmavam que a união perdura enquanto ambos estão satisfeitos e felizes. Quando este cenário inverte, e um dos dois ou ambos ficam insatisfeitos, esses não hesitam em dizer que se divorciariam tranquilamente. Isso é claro no relato de um dos casais entrevistados: *“Então, assim, acredito que vale a pena ficar junto, porque é bom. Porque a partir do momento que está te fazendo mal, vai procurar outro caminho...”*. Giddens (1992) já afirmava que o laço conjugal só é capaz de perdurar se proporcionar satisfações a ambos os parceiros da relação.

Ainda que exista tamanha diversidade entre as relações amorosas e sexuais, o estudo de Giami (2008) nos mostra também que os ideais amorosos tradicionais que unem amor, atividade sexual, vida conjugal e projeto familiar ainda exercem considerável impacto sobre os sujeitos pesquisados. Vieira e Stengel (2010) encontraram a mesma contradição nos seus estudos. Perceberam que os casais possuem uma convivência simultânea de elementos do amor romântico e do amor líquido. Ao mesmo tempo em que almejam vínculos amorosos, não querem que este exija sacrifícios, mas sim que proporcione um prazer e satisfação o suficiente para a duração da relação conjugal.

Para o desenvolvimento pessoal de cada cônjuge é necessária uma redefinição de papéis, regras e funções, pois o casamento contemporâneo representa uma relação com grande significado para os indivíduos envolvidos, visto que demanda um intenso grau de intimidade e de envolvimento afetivo. É importante que as regras não sejam totalmente rígidas para a funcionalidade da relação. A construção de uma realidade compartilhada é necessária, já que os membros do casal levam consigo um sistema de crenças baseado em valores, regras e mitos de sua família de origem. Esse sistema de crenças precisa ser remodelado aos poucos para que se forme a identidade conjugal do novo casal (Féres-Carneiro, 2009).

### Conjugalidade e vulnerabilidade social

Compreendemos os indivíduos como inseridos em um sistema social complexo, o que os torna sujeitos às influências deste meio e às relações que nele se estabelecem. Tracemos agora um paralelo com a questão da vulnerabilidade social e dos programas estatais que visam à assistência – direta ou indireta – da população.

O conceito de vulnerabilidade transitou entre diversas áreas como a dos direitos humanos e, posteriormente, passou para a área de saúde. O conceito engloba as características de pessoas fragilizadas socialmente e estando associada ao medo e à moral.

Assim, entendemos vulnerabilidade social como “*uma posição de desvantagem frente ao acesso às condições de promoção e garantia dos direitos de cidadania de determinadas populações*” (GUARESCHI *et al*, 2007, p. 20).

As condições de promoção e garantia dos direitos de cidadania incluem também a não condição de acesso a bens materiais e serviços que possam prover aquilo que possivelmente torna o indivíduo vulnerável (GUARESCHI *et al*, 2007).

Para Abramovay em 2002 (*apud* GUARESCHI *et al*, 2007):

O conceito de vulnerabilidade social está indiretamente vinculado com o de mobilidade social, posto que as possibilidades que indivíduos em vulnerabilidade social possuem de se movimentarem nas estruturas sociais e econômicas são restritas em termos de modificação de inscrição social.

Contudo, essa dificuldade de movimentar-se socialmente não pode ser abreviada às questões de pobreza ou de indivíduos carenciados. Vulnerabilidade não se limita à classe econômica, mas inclui também organizações políticas de etnia, raça, gênero e orientação sexual. Assim, as organizações simbólicas também estão profundamente conectadas à concepção de vulnerabilidade social (GUARESCHI *et al*, 2007).

Portanto, é preciso considerar nesse conceito, os fatores pontuais da comunidade, o que nos leva a compreender que a vulnerabilidade está em plano social, sendo algo inerente ao indivíduo. Esses fatores podem, por exemplo, ser a falta de acesso à informação, aos serviços básicos de educação e a falta de confiança ou credibilidade na sustentação de estratégias de ação. Isso só faz com que a vulnerabilidade social e as desigualdades aumentem, surtindo implicações também nas relações que serão estabelecidas em espaços menores e privados, como no âmbito familiar.

Segundo Vargas e Moás, *“as relações familiares são demarcadoras de um espaço onde os indivíduos pensam em proteger sua individualidade. Trata-se de um espaço secundário em relação ao Estado, embora atraído e influenciado por ele.”* (s/d, p.3).

Petrini (2003, *apud* GOMES; PEREIRA, 2005) também relaciona o conceito de vulnerabilidade ao âmbito familiar, que implica as dificuldades encontradas pela família em estabelecer vínculos entre si que sejam capazes de sociabilizá-la na comunidade e, ao mesmo tempo dar conta de amparar e acolher os próprios membros. A partir dessa situação, o Estado contribui com auxílios e diversos tipos de benefícios no intuito de promover a inserção da família no meio social, entrando concretamente na casa das pessoas, como uma maneira de prover a assistência. São assegurados, inclusive, auxílios financeiros, mas que dependem da atuação dos indivíduos em sociedade, como por exemplo, manter suas crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola, e cumprir com os cuidados básicos em saúde e higiene.

Um dos exemplos a ser citado desse tipo de auxílio é o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. Trata-se de uma instituição que trabalha socialmente com as famílias, fazendo primeiramente o acolhimento, atendimento e acompanhamento através de visitas domiciliares. Conta, ainda, com diversos programas sociais, principalmente dentro da política de transferência de renda, que beneficiam essas famílias. Além dos programas sociais, o CRAS conta com os projetos para crianças, adolescentes e idosos, oferecendo cursos variados.

Segundo Soares, Susin e Warpechowski (2010), em muitas famílias acaba por ocorrer uma inversão dos lugares, onde os pais não conseguem ser provedores, fragilizando sua função protetiva. Mais ainda, devemos levar em conta a influência do Estado em questões mais íntimas como as específicas do casal, ou seja, as que refletem sua dinâmica conjugal. Podemos citar como exemplo as políticas que buscam abarcar o contexto de proteção à mulher, como *“as que tendem a universalizar os seus direitos já legalmente instituídos, mas vivenciados por uma minoria privilegiada. Elas fazem correções nas distorções existentes em nossa sociedade, viabilizando o acesso das mulheres aos direitos de qualquer cidadão”* (OLIVEIRA; CAVALCANTI, 2007, p. 45). Questões como a ampla disseminação de métodos contraceptivos, bem como as discussões a respeito da legalização do aborto

também fazem parte da mediação entre Estado e as relações conjugais e, posteriormente, a constituição futura das famílias.

Tendo em vista a vasta multiplicidade de cuidados que uma família pode vir a receber do Estado e levando em conta a influência que este pode exercer sobre a dinâmica familiar (ora em questões financeiras, com o por exemplo, no recebimento de bolsas-auxílio; em orientações de higiene e do lar em geral, como ocorre em visitas dos profissionais atuantes no CRAS), nossa proposta foi observar o papel que o Estado adquire como cuidador e sustentador de algumas necessidades da casa que, em outras condições, deveriam ser de responsabilidade dos membros da família.

### **Objetivos**

Observar e analisar as questões de manifestação da sexualidade e de como esta se relaciona à dinâmica dos laços conjugais e familiares dos sujeitos em um contexto social e econômico, levando em conta as possíveis influências externas que possam sofrer neste domínio.

### **Metodologia**

As observações e entrevistas foram realizadas nas dependências do CRAS II do município de Assis-SP, com a autorização da coordenadora do local e do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências e Letras (FCL/UNESP-Assis). Foram realizadas as primeiras visitas para o reconhecimento do espaço físico, funcionamento da instituição e funcionamento das atividades realizadas. Entre os meses de agosto e setembro de 2012, realizamos, além das visitas iniciais, 18 observações em oficinas de culinária e de trabalhos manuais, totalizando 54 horas.

Após essas observações, escolhemos os sujeitos da pesquisa por meio de amostragem por conveniência, ou seja, pedimos para que as professoras das oficinas indicassem as participantes que atendessem aos critérios estabelecidos para a pesquisa: seis mulheres, casadas, recasadas ou coabitadas, que se encontravam numa união estável há pelo menos dois anos. Após o contato inicial e a aceitação em participar da pesquisa, as entrevistas foram agendadas de acordo com a conveniência das entrevistadas e foram realizadas no próprio CRAS. As entrevistas foram gravadas e transcritas, foram iniciadas após a explicitação dos objetivos da pesquisa e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e tiveram o tempo médio de duração em torno 1 hora.

Foram entrevistadas cinco mulheres casadas e uma coabitada, totalizando

seis participantes que encontravam-se dentro dos critérios pré-estabelecidos, com idades variando entre 33 e 63 anos: Maria, 33 anos, primeiro grau incompleto; Silvia, 35 anos, primeiro grau incompleto; Isabel, 46 anos, primeiro grau incompleto; Bernadete, 56 anos, ensino fundamental completo; Amália, 63 anos, primeiro grau incompleto; Dirce, 63 anos, primeiro grau incompleto. Os nomes utilizados são fictícios para preservar a identidade das entrevistadas.

Após o término da fase de coleta de dados realizamos uma pré-análise, ou seja, procuramos o que ficou implícito nas falas gravadas, fizemos as categorizações e subcategorizações, que consistiu na separação dos assuntos relevantes e na organização dos dados; depois de feito tudo isso, fizemos a validação externa, por meio de supervisões feitas com o professor orientador da pesquisa; em um último momento fizemos a apresentação dos resultados de modo descritivo e com citações das falas para exemplificar a teoria, preparando o material para ser futuramente discutido e interpretado (TURATO, 2003).

### **Análise de resultados**

Após a coleta dos dados, a partir do discurso das entrevistadas, pudemos levantar alguns pontos para a reflexão.

Inicialmente, é possível observar que o CRAS, por meio das oficinas, proporciona um espaço de escuta, socialização e realização pessoal e contribui para uma melhora na autonomia e autoestima das entrevistadas:

*“ Mas eu ficava ansiosa esperando segunda feira pra mim reunir com aquela turma de amigos. Ali eu esquecia de tudo. Por mais que você pensa que você sabe cozinhar, ali aprende muita coisinha”* (Amália).

Além disso, as oficinas contribuem financeiramente, seja profissionalizando-as (com o conteúdo aprendido nos cursos de culinária ou trabalhos manuais) ou através de benefícios financeiros do Governo, como o Bolsa Família e/ou Renda Cidadã:

*“(...) Eu pego o dinheiro que eu recebo da renda eu passo pra casa, eu pago o gás, ajuda assim pra comprar um leite, eu compro pras crianças (...) mas, nossa, esse dinheiro tem ajudado muito eu...”* (Silvia)

*“Tudo o que eu aprendo aqui eu consigo fazer fora daqui (...), e todos os tapetes que eu faço eu consigo vender. Não tem um tapete que eu não vendo.”* (Isabel)

Observamos, também, que as oficinas têm importância no âmbito domiciliar,

pois as mulheres reproduzem em casa, para a família e uso doméstico, o que aprendem no CRAS:

*Porque tudo o que eu aprendo aqui eu faço em casa. Tudo o que eu faço em casa é uma satisfação pro meu marido e pro meu filho. (...) Então de certa forma eu acredito que mexeu um pouco sim, na estrutura familiar, entendeu? De agradados. (Maria)*

Em relação ao casamento, as entrevistadas relataram que não existia planejamento, idealizações ou expectativas, porém, algumas entrevistadas relatam a expectativa de autonomia e liberdade. Constatamos que a idade com que todas se casaram foi de, em média, 19,3 anos:

*Se fosse pra mim pensar hoje, repensar, eu deveria ter esperado mais pra ter filhos, né, ter conquistado os ideais, né, e depois assim, aí ter filhos... Eu, eu fui atropelando tudo e devia ter mais paciência né (...) Naquela época assim se falava pouco sobre sexo... (Dirce)*

*“Comecei a namorar com dezesseis e meio, logo no outro ano eu me casei. (...) e, depois, larguei da escola e resolvi casá. Acho que achava um jeito de ser livre e já em maioridade”. (Bernadete)*

As maiores dificuldades encontradas no casamento foram problemas com o próprio cônjuge, com os familiares, e nas questões domésticas:

*Briguinta de ciúme, assim eu sou ciumenta demais, le mesmo fala, que qualquer coisinha... Ah, eu falo que ele me provoca, sabe. (...) por isso que eu falei assim, que eu tenho que fazer alguma coisa pra tirar isso da minha cabeça. Foi o CRAS que me ajudou. (Isabel)*

*Ele (sogro) judiou muito de mim, ele queria que eu largasse do meu marido, ele já fez de tudo um pouco. Ele foi a caus da nossa briga. Se não fosse ele, se a gente tivesse assim, a minha casa mesmo, nós ia ser mais feliz do que nós somos! (...) Ele sufocou assim meu sonho, eu acho isso. (Isabel)*

*“Daí quando eu se deparei que fui embora... daí eu chorava todo dia que queria voltar pra casa da minha mãe (...) eu não queria fazer serviço. Eu chorava pra fazer serviço”. (Bernadete)*

O único aspecto da conjugalidade abordado pelas entrevistadas foi a convivência entre o casal. E, apesar de algumas acreditarem que existe manutenção da individualidade, percebemos uma contradição quando expressam uma dedicação quase que exclusiva ao lar e à família:

*Até meus vizinhos falam, né, porque até hoje a gente só sai de casa*

*de mão dada, sabe... é um casal companheiro. Porque o casamento é isso né? A idade da gente já não mais é mais aquele negócio, dependente de sexo, quando casa novo. Não. É o companheirismo que vem agora.*

(Amália)

*"Então só vivo mais com minhas irmã e mais com a mi nha sogra, só eles, e meu marido né, importante é o marido da gente não é mesmo?" (Silvia)*

Outro ponto importante que pudemos constatar é que o marido possui um papel de provedor financeiro, ou seja, aquele que é responsável pelo sustento econômico da família:

*"Agora eu tenho minhas criança que vão pra escola então, eu cuido da casa, meu marido trabalha, eu fico na casa cuidando dos filhos né..." (Silvia)*

E, apesar de a maioria dos planos e projetos futuros dos casais dependerem da estabilidade financeira e/ou renda extra, uma delas sonha em realizar atividades mais simples que não depende da condição financeira, com o ter tempo para se dedicar a uma atividade que gosta:

*"(...) a hora que os dois aposentar curti mais um pouquinho a vida né? Fazer as pescaria que a gente gosta, e nós dois ama um beirinha de rio. Mas, e Deus dando saúde, né, pra gente ir correr atrás. Isso é mais importante né? A saúde.(Amália)"*

As entrevistadas relataram que houve um amadurecimento pessoal no decorrer da vida a dois, ou seja, mudaram sua maneira de pensar sobre a família e seu relacionamento; e houve, também, um amadurecimento conjugal, pois o casal encontrou maneiras de lidar com os conflitos e situações diversas ao longo do casamento:

*"Ele passou a dar valor mais na família, entendeu, coisa que nunca foi de dar valor, pra ele tanto fazia é... Por exemplo, mãe, pai dele, ele não tava nem aí. Hoje em dia ele valoriza mais essa parte familiar." (Maria)*

*Ah, ele sempre foi mesmo carinhoso, assim, sabe. Mas, agora, eu não sei se é devido o fato de que ficou só nós dois, porque os filhos casaram, sabe, ele mudou pra melhor. Já era bom, né, ele já era bom. (...) antigamente falava alguma coisa né, bronqueava assim sabe... hoje em dia não. Se eu falo alguma coisa mais brava com ele "iii você tá nervosa hoje, hoje não da pra conversar não" aí já sai, não insiste naquele assunto assim, sabe... (Amália)*

### Considerações finais

De acordo com Vargas e Moás (s/d), as relações familiares constituem-se como um espaço seguro, no qual os indivíduos protegem sua individualidade; embora secundário em relação ao Estado, este espaço não deixa de ser atravessado e influenciado por ele. A partir das entrevistas realizadas e mesmo das observações, percebeu-se que o CRAS II, enquanto instituição estatal, exerce influência no âmbito familiar, pois as mulheres reproduzem em casa, para a família e uso doméstico, o que lá aprendem. Além disso, as oficinas constituem-se como espaço de escuta, socialização e realização pessoal e contribuem para uma melhora na autonomia e auto-estima das entrevistadas.

Petrini (2003, *apud* GOMES; PEREIRA, 2005), no que se refere às questões do âmbito familiar, elucida as dificuldades encontradas pela família em estabelecer vínculos entre si, ao mesmo tempo que tenta dar conta de amparar e acolher os próprios membros. A partir disto, observou-se que o CRAS II contribui com auxílios e diversos tipos de oficinas no intuito de promover a inserção da família no meio social, inclusive, por meio de cursos profissionalizantes. São assegurados, também, benefícios financeiros - como o Bolsa Família e o Renda Cidadã -, mas que dependem da atuação dos indivíduos nas oficinas e em sociedade. Nas famílias de baixa renda os laços ficam mais frágeis facilitando a influência do Estado na vida de seus membros.

Já com relação às expectativas ao casamento, a maioria das mulheres não relatou que existiu planejamento ou idealizações; atribuímos isso ao fato de que para estas, o casamento foi algo que ocorreu de maneira precoce, algumas vezes sem a aprovação das famílias, ou até mesmo porque foi algo imposto devido à gravidez inesperada, o que demonstra a importância que a vida conjugal e familiar assume na vida das entrevistadas.

A conjugalidade, para as mulheres de nossa pesquisa, apareceu somente no âmbito da convivência em comum, mas esta pode ser definida como uma identidade compartilhada, dirigida a um ideal conjugal também compartilhado pelos sujeitos-parceiros; estes trazem consigo aspectos e características individuais - originados da história familiar e de experiências pessoais - e que constituem suas individualidades (FÉRES-CARNEIRO & ZIVIANI, 2009).

A maioria das entrevistadas relatou a experiência de muitas dificuldades ao

longo da vida, e mesmo assim, sustentaram juntamente com o cônjuge, o casamento em nome do ideal de amor romântico compartilhado. Aliás, a presença desse modelo tradicional ficou evidente durante as entrevistas.

De acordo com Féres-Carneiro (1998), a autonomia e a satisfação de cada um dos cônjuges são mais enfatizadas do que os laços de dependência entre estes quando se trata de ideais contemporâneos de relação conjugal. Assim, para a autora, têm-se duas individualidades e uma conjugalidade, gerando desta forma as forças contrárias e as tensões. No entanto, o que observam os com a coleta dos dados nas entrevistas foi justamente o contrário. Algumas entrevistadas afirmam que existe manutenção da individualidade, porém entram em contradição quando expressam uma dedicação quase que exclusiva ao lar e à família. Além disso, o modelo de uma família patriarcal, na qual o marido é provedor, diminuem as possibilidades da construção de uma individualidade.

Considerando que as entrevistadas estão inseridas n uma classe social menos favorecida economicamente, e levando em conta que a pesquisa de Féres-Carneiro foi realizada com indivíduos de classe média, acreditamos que o modelo tradicional de casamento ainda esteja mais fortemente enraizado nos indivíduos pertencentes ao grupo com o qual trabalhamos. A falta de acesso à informação pode também relacionar-se a tal fato.

O estudo de Giami (2008) nos mostra que os ideais amorosos tradicionais que unem amor, atividade sexual, vida conjugal e projeto familiar ainda exercem considerável impacto sobre os sujeitos de sua pesquisa. Em nossa pesquisa, observamos que os planos e projetos em comum dependem basicamente de estabilidade financeira e/ou renda extra. Novamente, podemos citar a questão socioeconômica como fator relevante, visto que as mulheres relataram o desejo de adquirir, principalmente, a casa própria. Assim, podemos compreender os cônjuges nesta relação como parceiros de vida e na busca por estas conquistas, companheiros que almejam adquirir juntos algo que vai além da constituição do relacionamento conjugal propriamente dito.

Como pontua Féres-Carneiro (2009), para o desenvolvimento pessoal de cada cônjuge é necessária uma redefinição de papéis, regras e funções, pois o casamento contemporâneo representa uma relação de significação muito forte para os indivíduos envolvidos, visto que demanda um intenso grau de intimidade e de envolvimento afetivo. É importante que as regras não sejam totalmente rígidas para a

funcionalidade da relação. Na pesquisa realizada no CRAS II, as entrevistadas relataram que houve um amadurecimento pessoal, ou seja, relataram que mudaram sua maneira de pensar sobre a família e seu relacionamento; e conjugal, pois o casal encontrou maneiras de lidar com os conflitos e situações diversas ao longo do casamento. Apesar do amadurecimento pessoal e das redefinições dos papéis, o que se sobressai é a não existência da individualidade.

A maioria das mulheres entrevistadas tem um grau de escolaridade baixo e, portanto, não têm uma profissão, dificultando, assim, que a manutenção da individualidade seja feita. Devido ao casamento durante a juventude, saíram cedo da família nuclear para constituir outra logo em seguida, em um momento em que, se comparado hoje em dia, os jovens procuram se profissionalizar. Além desses fatores, as dificuldades financeiras favoreceram a união do casal e o desenvolvimento conjugal em detrimento do individual.

Portanto, o CRAS tem um papel fundamental na vida dessas mulheres, por ser um espaço coletivo que proporciona o desenvolvimento do potencial individual, pois o que fica mais evidente são os benefícios do convívio em grupo. É por esse motivo que, para as entrevistadas, o individual não se mostra tão valorizado quanto os vínculos familiares e conjugais.

### **Referências Bibliográficas**

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; PINHEIRO, L. C.; *et al.* **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas.**

*Brasília*: UNESCO, 2002.

FÉRES-CARNEIRO, T. **Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade.** *Psicologia Reflexão e Crítica*, 1998, v. 11, n. 2, p. 379-394.

FÉRES-CARNEIRO, T.; ZIVIANI, C. **Conjugalidades contemporâneas: um estudo sobre os múltiplos arranjos amorosos da atualidade.** *In: Casal e família: Permanências e rupturas 2009.*

GIAMI, A. **A experiência da sexualidade em jovens adultos na França: entre errância e vida conjugal.** *Paidéia*, v. 18, n. 40, p. 289-304, 2008.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas** /Anthony Giddens: tradução de Magda Lopes. São Paulo : Ed. da UNESP, 1993.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas.** *Ciência & Saúde Coletiva*, Ceará, v.

10, n. 2, p. 357-363, 2005.

GUARESCHI, N. M. F.; REIS, C. D.; HUNING, S. M.; BERTUZZI, L. D. **Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo.** *Estudos e pesquisas em psicologia*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 20-30, 2007.

HEILBORN, M.L. (Org.) **Família e sexualidade**. Rio de Janeiro : Ed. da FGV, 2004.

MAIA, A. C. B.; SPAZIANI, R.B. **Manifestações da Sexualidade Infantil: percepção de pais e professoras de crianças de 0 a 6 anos.** *Revista Linhas UDESC*, v. 11, p. 53-67, 2010.

MAGALHÃES, A. S. **Individualismo e conjugalidade: um estudo sobre o casamento contemporâneo.** Dissertação de Mestrado - Departamento de Psicologia, *PUC-Rio*, 1993.

MENEZES, C. C.; LOPES, R. de C. S. **A transição para o casamento em casais coabitantes e em casais não-coabitantes.** *Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum*. v. 17, n.1, p. 52-63, 2007.

OLIVEIRA, A. P. G.; CAVALCANTI, V. R. S. **Violência doméstica na perspectiva de gênero e políticas públicas.** *Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum*. São Paulo, v. 17, n. 1, p. 39-51, 2007.

PASSOS, M. C. **A constituição dos laços na família em tempos de individualismo.** *Mental*, Barbacena, ano V, n. 9, p. 117-130, nov. 2007.

PETRINI, J. C. **Pós-modernidade e família.** *Bauru*: Ed. Edusc, 2003.

SINGLY, F. **Sociologie de la famille contemporaine.** *Paris*: Nathan, 1993.

SOARES, J. N.; SUSIN, L.; WARPECHOWSKI, M. B. **A clínica ampliada na assistência social.** *In*: CRUZ, L. R. da; *In*: GUARESCHI, N. (Org.). 2. ed. *Políticas públicas e Assistência social: diálogo com as práticas psicológicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 151-161.

VARGAS, E. P.; MOÁS, L. da C. **Família e conjugalidade de: transformações de valores e aspectos normativos do desejo de filho.** Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:jCeCNhwdZyUJ:www.ram2009.unsam.edu.ar/GT/GT%252066%2520-%2520G%25C3%25AAnero,%2520Fam%25C3%25ADlia%2520e%2520Sensibilidade%2520Ponencia%2520%5BPortes%2520-Moas%5D.pdf+%&hl=en&pid=bl&srcid=ADGEEShjNEeVJQcn4A5Qokgur-XqHvFwe6H43rZvlaDn9WUrZfLq3r2LFLzgTNgog9Q7zTQwOPTmuf8nyTsoONKbHxH21an0EA3HZ4sNmV7bCnSBuUb4WEWMEKU3sQJoMPdHcLi5CgTX&sig=AHIEtbTbgiOcgm53FF5Sk35PUogYpi81gw>>. Acesso em 23 jun. 2012.

VIEIRA, É. D.; STENGEL, M. **Os nós do individualismo e da conjugalidade na Pós-Modernidade.** *Aletheia* 32, p. 147-160, mai./ago. 2010.

**Apresentação dos autores:**Mary Yoko Okamoto (autor principal)

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1992), mestrado em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001) e doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007). Atualmente é professor assistente doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento infantil, psicologia hospitalar, família, imigração japonesa e dekassegui. ([mary.ok@uol.com.br](mailto:mary.ok@uol.com.br))

Caroline Schievenin Sperandio

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, São Paulo. ([carolssperandio@gmail.com](mailto:carolssperandio@gmail.com))

Matheus José Cuzato Mancuso

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP - Faculdade de Ciências e Letras - Câmpus Assis. ([matheusmancuso@gmail.com](mailto:matheusmancuso@gmail.com))

Nayara de Paula

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP - Faculdade de Ciências e Letras - Câmpus Assis. ([np.nayara1@gmail.com](mailto:np.nayara1@gmail.com))